

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE ESTUDANTES BENEFICIADOS NA ESCOLA LEANDRO ALVES CORREIA NO MUNICÍPIO DE CEDRO/CE.

Maria Ionete Andrade Ferreira¹

Hélis Cristina Alves de Lima²

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a gestão do Programa Bolsa Família – PBF e sua intersectorialidade no Município de Cedro/Ce, visando compreender as ações de acompanhamento vinculadas as áreas de educação, saúde e assistência social, identificando assim o papel efetivo da escola no trabalho intersectorial a fim de buscar a efetivação do Programa Bolsa Família – PBF e seus beneficiados. Para a produção desse trabalho seguiu-se uma entrevista semiestruturada, com base na análise da trajetória familiar e as contribuições do PBF dentro dos núcleos familiares estudados. Esse trabalho foi inicialmente direcionado dentro de uma reunião onde agrupou-se 15 mães da EMEIF Leandro Alves Correia do Município de Cedro/Ce e esse processo é considerado dentro das pesquisas por Grupo focal. Os resultados apresentados identificam ainda uma longa jornada dentro do processo intersectorial para que todos os resultados esperados pelas secretárias envolvidas sejam totalmente positivos, e assim envolver as políticas públicas. Os mecanismos de gestão ainda devem de forma mais eficaz buscar definição, para que os entraves possam ser extinguidos e deixem que as metas possam eliminar a desigualdade e a pobreza dentro de uma visão integrada, trabalhando assim o processo de escolarização de inúmeras crianças beneficiadas com o Programa. Percebe-se o imenso desafio por parte de todos envolvidos nesse processo visando o alcance das metas e assim a efetivação de uma gestão democrática que visa desenvolver o cidadão nos diversos setores e necessidades dentro de um debate eficaz, eficiente e atual.

Palavras-chave: Educação, Desigualdade, Intersetorial, Bolsa Família, Escola.

INTRODUÇÃO

1 Mestranda do curso de Gestão pelo Instituto Politécnico de Tomar. Pós-graduada em metodologia do Ensino em Educação Básica pelo ISEC/PB. Pedagoga. Professora de escola pública Municipal. ioneteandradeferreira@hotmail.com

2 Licenciada em Letras Pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu FECLI/UECE. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa Pela Universidade Gama Filho UGF. Servidora Pública do Município de Cedro; hcristinalima@hotmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9790-568X>

Desde a implantação do PBF – Programa Bolsa Família, iniciou-se inúmeros debates à cerca da sua potencialidade em reduzir a pobreza no Brasil e conseqüentemente a desigualdade social. A temática relacionada educação, pobreza e desigualdade social tornou-se alvo de inúmeras discussões e de intervenções sociais dentro do campo das políticas públicas no Brasil, onde tem como parâmetro norteador crianças e adolescentes e seus direitos a educação, saúde e assistência social. Torna-se necessário frisar que o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação preconizam estes direitos e estabelece que a educação é dever da família, sociedade e Estado, visando primar pelo desenvolvimento humano desse grupo.

O presente trabalho objetiva analisar as contribuições da escola pública Leandro Alves Correia do Município de Cedro/Ce, de forma a alcançar as metas distribuídas no plano anual visando alcançar os objetivos do PBF, e assim apresentando sua participação nas ações a fim de erradicar a pobreza e elevar os índices educacionais do município. O estudo concentrou a relação estabelecida entre o PBF - e a educação no sentido de compreender se o mesmo exerce efeitos na vida escolar de seus beneficiários, bem como seus possíveis efeitos na superação da situação de vulnerabilidade social de famílias beneficiárias.

É necessário identificar que o processo intersetorial presente nos debates das secretárias municipais buscam por primar o planejamento das metas de forma compartilhada e assim possibilitando diversas e diferentes abordagens das ações envolvidas, a fim que de forma integrada viabilizam as ações a buscar elevar os níveis de escolaridade dos beneficiários para interromper o índice de desigualdade, pobreza e analfabetismo. Visa entender as reflexões à cerca da participação das famílias dentro do programa e assim discutir e analisar as ações educacionais que buscam intercalar com as outras secretárias a fim de construir um aparato teórico.

METODOLOGIA

Mesmo que o Ministério do desenvolvimento Social (MDS) tenha instituído o modelo de gestão intersetorial para a implantação do programa Bolsa Família (PBF), essa prática de intersetorialidade no Município de Cedro/CE já era adotada um conjunto com outras políticas.

Para a produção desse trabalho seguiu-se uma entrevista semiestruturada, com base na análise da trajetória familiar e as contribuições do PBF dentro dos núcleos familiares estudados. Esse trabalho foi inicialmente direcionado dentro de uma reunião onde agrupou-se 15 mães e esse processo é considerado dentro das pesquisa por Grupo focal. Morgan (1997 apud TRAD 2009) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações a partir das interações entre os participantes selecionados

O presente trabalho foi direcionado aos pais da EMEIF Leandro Alves Correia, localizada no Distrito de São Miguel, zona Rural do Município de Cedro/CE. A escola trabalha com Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, totalizando 184 (cento e oitenta e quatro) alunos distribuídos nos turno manhã e tarde, no entanto as análises aqui apresentadas foram feitas com pais de alunos do Ensino Fundamental II, alguns que possuem filhos que são alunos da escolas atualmente e com ex-alunos em anos anteriores que na atualidade estudam no Instituto Federal e/ou Escola Profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação e a gestão das políticas públicas pode ser considerado como uma questão ainda pouco explorada do ponto de vista empírico, ou seja, há poucos estudos que privilegiam a análise das políticas públicas no momento de sua implementação (ARRETCHE, 2003).

Na literatura internacional a partir da década de 70, diversos autores, passaram a examinar a implementação de políticas públicas e incorporam outras variáveis à análise, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases da política pública, diferentes arenas decisórias, de modo a trazer o Estado de volta ao debate, por meio do estudo das instituições e das burocracias (MARQUES, 1997).

Observar a implementação das políticas públicas significa considerar a dinâmica e as diversas interações que ocorrem dentro desse processo. Isso significa que os diferentes atores da burocracia não agem como fieis executores de serviços e normas, pelo contrário, eles exercem suas funções e desenvolvem seus trabalhos conduzidos por uma base de experiências e valores, visão social de mundo e o contexto no qual estão inseridos. Essa perspectiva é reconhecida que os implementadores também “fazem a política” e, por isso, podem ser

considerados como *policy makers*, pois contam com certo grau de discricionariedade e de autonomia que permite a eles determinarem em grande parte a natureza e a qualidade do programa (ARRETCHE, 2001)

A categoria “setor” é utilizada para analisar a ação do Estado dentro da lógica social, ou seja, é circunscrita e dividida por atividades como saúde, educação, planejamento urbano entre outros. O setor deveria ser compreendido de acordo com Marques (2000, p. 47) é:

“um conjunto de papéis sociais estruturados em torno de uma lógica vertical e autônoma de reprodução. A estruturação dos setores segue frequentemente, portanto, uma lógica profissional (papéis sociais), agrupando os atores de um dado campo de atividades, suas ideias e suas práticas”

Entende-se que, embora o setor seja uma reunião de metas dentro de um domínio de ideias, não significa que exista a hegemonia consensual. Em diversos setores, existem em alguns casos um jogo de conflitos e discussão em torno das ideias e estratégias que integram a lógica setorial.

A intersetorialidade remete ao princípio da integração dos diversos setores e da sociedade civil, com vistas à solução de problemas sociais (CUNILL GRAU, 2005; JUNQUEIRA, 2004), como estratégia para a promoção sobre a relação entre os diferentes setores por meio das interações, saberes e poder dentro das metas e/ou objetivos comuns (COELHO, 2009).

É necessário lembrar que a intersetorialidade na implementação das políticas públicas na educação é um processo político, e assim, deve-se considerar as contradições, resistências e restrições dentro da articulação dos setores (CUNILL GRAU, 2005).

No entanto, Silva e Melo (2000), ressaltam que a implementação não se trata de um processo passivo:

“Estudos de situações concretas revelam um padrão muito distinto, onde prevalece à troca, a negociação e a barganha, o dissenso e a contradição quanto aos objetivos. Ao invés de controle, autoridade e legitimidade verifica-se ambiguidades de objetivos, problemas de coordenação intergovernamental, recursos limitados e informação escassa.” (SILVA e MELO, 2000, p. 09)

A partir dos anos 1980, os processos de globalização, a crise econômica e os programas de ajuste estrutural impulsionados pelas ideias neoliberais provocaram o agravamento da pobreza nessa região (DRAIBE, 2011). Nesse contexto de constrangimentos aos gastos públicos e às políticas sociais abrangentes, os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) surgem na década de 1990 em vários países da AL como uma nova estratégia de política social no combate à pobreza (SIMÕES, 2012).

As políticas de combate à pobreza no Brasil dentro dos novos processos de gestão buscaram alterar de forma substancial desde a implantação da Constituição Federal de 1998; justificando-se por um conceito abordado de pobreza que vai muito além das privações que o dinheiro pode causar. Percebe-se que este novo conceito apresenta uma visão de fortalecimento da capacidade individual e do processo de inclusão social.

A compreensão e a participação dos usuários, profissionais e gestores envolvidos no processo de implementação de um programa interfere no alcance das metas estabelecidas por este (MANZMANIAN & SEBATER, 1989).

As mudanças dentro do conceito reflete diretamente na forma como o Estado busca um enfrentamento da pobreza dentro das políticas públicas, e, nesse contexto, percebe-se as transformações em âmbito brasileiro no Programa Bolsa Família, onde procura apresentar dentro de uma gestão intersetorial o fortalecimento do combate à pobreza com objetivos partilhados e compartilhados com diferentes setores.

O Programa Bolsa família possui uma relação ambígua dentro do campo social, por ser visto como uma política de atendimento as reais necessidades básicas do ser humano e, baseado na oferta de serviços e no pagamento dos benefícios. Torna-se necessário lembrar que a bolsa e seu valor encontram-se condicionados a duas especificações dentro do campo educacional; primeiro o programa requer que as crianças de 06 a 15 anos estejam regularmente matriculados e frequentando as escolas, com um índice de 85% de frequência; já os adolescente de 16 e 17 anos tenham frequência de 75%. Dentro do campo social visa analisar e a partir daí aliviar a pobreza de forma a contribuir de forma intersetorial dentro de um conjunto de metas para também reduzir a desigualdade social.

Observa-se ainda que a diversidade das ações que comporta o programa pode traduzir-se em mais de um tipo dos arranjos intersetorial, implicando assim as diferentes relações conflitos e negociações.

Entretanto, torna-se necessário lembrar que o PBF tem como objetivo a redução da pobreza e está encontra-se intimamente ligada ao processo educacional do indivíduo, fazendo com que este esteja condicionado a diversas metas que devem ser assumidas pelos beneficiários do programa, quer seja na área da educação ou da saúde. O cumprimento das condicionalidades torna-se obrigatório para a continuação do recebimento dos rendimentos. Expectativa fundamentada na Constituição Federal – CF de 1988, art. 5º, pelo qual assegura que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988, p. 8).

Contudo, acredita-se que a educação visa promover um mundo diferenciado, olhando de forma eficaz para o processo de ensino aprendizagem. Buscando uma conexão com coisas, lugares, indivíduos e seu desenvolvimento. Sendo assim, o direito a educação apresenta-se nos diversos documentos da política educacional, permitindo assim uma maior visibilidade dos programas sociais na busca pela universalização do ensino. No entanto, o processo de acesso e democratização da educação não veio acompanhado da permanência e sucesso do indivíduo na escola, surgiram outras realidades que passaram a mostrar a persistência da pobreza e a desigualdade na escola (SCHWARTZAMAN, 2006)

De acordo com o Arroyo (2015, p.08):

(...) se os(as) pobres são vistos(as) como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, acabam sendo responsabilizados(as) por sua própria condição. São, desse modo, constantemente inferiorizados(as), reprovados(as) e segregados(as). A insensibilidade dessa visão reducionista, espiritualista e moralista sobre os(as) pobres leva a pedagogia a ignorar os efeitos desumanizadores da vida na pobreza material, ou da falta de garantia de cobrir as necessidades básicas da vida como seres humanos.

O objetivo principal do PBF é enfrentar o grande problema da social que é combater a fome e a miséria e, assim a escola seria o vínculo para superar a pobreza. As propostas

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

específicas relacionadas ao campo educacional que visa privilegiar o potencial para aumentar o capital humano das famílias, e assim trabalhar o desenvolvimento social das crianças, tentando reduzir a desigualdade social; e, assim destaca-se o vínculo do benefício ao desempenho escolar, lembrando que o desempenho não é apenas a frequência ao ambiente, e sim todo um processo dentro dessa presença.

Criado em 2003, sancionado pela Lei nº 10.836/04, de 09 de janeiro de 2004 e pelo decreto n. 5.209 de 17 de setembro de 2004 o programa Bolsa Família se constituiu através da unificação dos Programas Sociais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio gás; programas estes que eram auxílios financeiros oriundos do Governo Federal, onde tinha como propostas a abertura mais eficaz para os serviços de saúde, acesso cada vez mais abrangente para a educação e a assistência social. Nisso incluía o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e/ou nutricional, estimulando assim à emancipação das famílias beneficiadas e assim passando a combater a pobreza e desigualdade social (BRASIL, 2004). Foi criado com o propósito de unificar o Cadastro Único e as ações e programas de transferência de renda do Governo Federal: Programa Nacional de Renda Mínima vinculado a Educação (Bolsa Escola), Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde (Bolsa Alimentação) e o Programa Auxílio Gás. Destina-se às famílias em situação de extrema pobreza e de pobreza – tendo como critério a renda mensal per capita. Inicialmente a situação de extrema pobreza era atribuída às famílias cuja renda per capita mensal era de até R\$ 50,00 (cinquenta reais) e que hoje é de até R\$ 60,00 (sessenta reais). As famílias identificadas como em situação de pobreza estavam inicialmente na faixa de renda mensal per capita entre R\$ 50,01 (cinquenta reais e um centavo) e R\$ 100,00 (cem reais), e que hoje se encontram na faixa entre R\$ 60,01 (sessenta reais e um centavo) a R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Na sua formulação original, a estrutura organizacional do PBF em nível ministerial é composta pelo Conselho Gestor do Programa Bolsa Família (CGPBF), de caráter deliberativo, vinculado e presidido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004).

Os programas em separado encontram-se condicionados a um setor específico, fazendo com que cada programa não obtivesse ligação e relação direta entre si. Entende-se que inicialmente o programa de combate à pobreza não prever uma relação entre os setores.

A implementação setorial das políticas de combate à pobreza, não tinha predeterminado a relação entre os setores de atendimento dos beneficiários; pelo contrário era conferido aos setores a especialização profissional para cada área. E assim, percebe-se que com o efeito do atendimento as demandas, os setores desconsideravam o cidadão como um todo e proporcionando uma fragmentação dos serviços públicos (JUNQUEIRA, 2003).

A temática educacional chama atenção para a necessidade das políticas públicas que promovem a pobreza e a desigualdade dentro de inúmeras ações que conjugadas para o enfrentamento, e a escola atende as inúmeras formas de enfrentamento e subalternização dos indivíduos dentro da transmissão do conhecimento, respeitando a individualização, direitos e diversidade do indivíduo. A Lei nº 10.836 de 2004, no art. 4º, criou o Conselho Gestor Interministerial (CGI). O referido Conselho foi criado para assessorar o PBF buscando apoiar as instituições no campo das políticas públicas buscando promover a emancipação das famílias beneficiadas, sendo este Conselho responsável por supervisionar as condicionalidades do referido programa dentro do setor educacional. Dentro do campo educacional, o programa, exige a participação dos pais nas reuniões escolares, bem como o total envolvimento familiar em programas de desenvolvimento integral da infância, proporcionando assim a evolução educacional dos beneficiados e seu crescimento intelectual.

O PBF representa um mecanismo de redução e alívio da pobreza para inúmeras famílias pobres e extremamente pobres, utilizando-se dos recursos para comprar alimentos, entretanto, o critério da elegibilidade não considera a dimensão multidimensional da pobreza e assim estabelece uma renda *per capita* familiar baixa, não abrangendo algumas famílias que enfrentam dificuldades, observando assim o valor baixo do benefício recebido e em alguns casos torna-se insuficiente para produzir impactos positivos a fim de ultrapassar a linha da pobreza (YASBEK, 2012).

Dentro desse processo de distribuição do benefício existem os defensores do programa, que ressaltam as condicionalidades para o recebimento garantem o acesso aos direitos pelos quais o programa busca efetivar. Enquanto que, os opositores consideram que estas ferem o princípio da não condicionalidade peculiar ao direito de todo cidadão ter acesso a programas sociais necessários para a sua sobrevivência.

Os atuais modelos de gestão das políticas públicas sociais tem buscado esforços no sentido de atuar de forma integrada e inclusiva, ou seja, a intersetorialidade é calçada nas inúmeras possibilidades de criar modelos de gestão que visem romper com os fragmentos

sociais e de suas políticas, constituindo assim uma concepção que visa formar um novo modelo de planejamento, execução e controle dentro da prestação de serviços, a fim de garantir acesso igual para os considerados desiguais (PEREIRA, 2010, JUNQUEIRA, 2004).

Percebe-se que as políticas públicas tem se tornado cada dia mais complexa, buscando trabalhar temáticas que envolvem os setores e assim trabalham a multiplicidade de olhares sobre o mesmo ponto trabalhado (JUNQUEIRA, 2005; COELHO, 2009). A função de coordenação do Programa confunde-se muitas vezes com a de controle, de ter o domínio sobre o Programa. Porém o conceito de coordenar nos leva a pensar sobre garantir uma distribuição dos recursos financeiros, garantir também o acesso as informações do Programa e dos seus beneficiados, assim como promover espaço de discussão de ideias, experiências e interesses, mediar conflitos e buscar soluções.

O PBF suscitou, desde sua formulação, posicionamentos contrários e favoráveis no que concerne a sua relevância social e à existência das condicionalidades. Alguns estudiosos questionam que a exigência das condicionalidades às famílias pobres pode-se configurar como uma violação de direitos. Já outro grupo de estudiosos relaciona a existência das condicionalidades às questões morais e de juízo de valor, ou seja, ao argumento que ninguém poderia receber um benefício monetário do governo sem dar nada em troca (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007).

É necessário frisar que, além do PBF, ligado à educação, o setor conta com os programas: Brasil Carinhoso “voltado para a primeira infância, o Programa Brasil Carinhoso tem o seu desenvolvimento integrado em várias vertentes e uma delas é expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em creches públicas ou conveniadas”, que visa transferir automaticamente os recursos financeiros, sem a necessidade dos convênios para custear despesas com a educação infantil, onde passa a “contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil” (FNDE, 2016).

O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007, a fim de fomentar a educação integral de crianças e adolescentes por meio de inúmeras atividades socioeducativas dentro do contra turno escolar. O PBF faz com que as famílias beneficiadas pelo programa busque matricular seus filhos na escola e manter frequência mínima; essa frequência é registrada, encaminhada à Secretaria Municipal de

Educação e repassadas ao Governo Federal para análise e aplicação de advertências ao serem encontradas irregularidades ou descumprimentos dos pontos bases do processo. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos e contribuem para que as famílias consigam romper, via educação, o ciclo de pobreza entre gerações.

Com o intuito de apoiar financeiramente, potencializar e fomentar novas iniciativas na gestão descentralizada, assim como atuar como instrumento de aferição da qualidade da gestão do PBF, o governo federal criou o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD, para utilização em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros foram regulamentados e incluídos na Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009. Os parâmetros estão relacionados a:

- Medição dos resultados da gestão descentralizada, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal,
- Na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades,
- Na articulação intersetorial,
- Na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e,
- No acompanhamento e execução de procedimentos de controle.

Desta forma, a União transfere obrigatoriamente, aos entes federados que aderirem ao Programa Bolsa Família recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa, desde que alcancem índices mínimos no IGD, ou seja, de 0,4. Os recursos do IGD serão repassados Fundo a Fundo (Assistência Social), tendo os Estados, Distrito Federal e Municípios que submeterem suas prestações de contas às respectivas instâncias de controle social.

O IGD-M tem adotado novas medidas para incentivar os municípios a melhorarem sua gestão por meio de gratificação financeira, como por exemplo o acréscimo de até 3% do valor apurado do IGD-M, proporcional ao acompanhamento de famílias beneficiárias em situação de descumprimento das condicionalidades que estejam em processo de acompanhamento familiar. Ou ainda, o acréscimo de 3% do valor apurado do IGD-M, quando o município

atender, nos prazos fixados pela Senarc, demandas referentes à apuração de eventuais irregularidades na execução local do PBF.

Buscou-se trabalhar com os pais que possuem essas duas realidades, para subsidiar a tese de que o PBF dentro do processo intersetorial modificou a realidade da comunidade e da família. A escola possui 124 (cento e vinte quatro) alunos matriculados de 6º a 9º ano, com um percentual de 98% de alunos beneficiados pelo PBF. O foram entrevistados um total de 15 mães com filhos estudando e também com filhos ex-alunos da escola. As mães possuem faixa etária entre 20 e 45 anos. Entre elas 08 (oito) mães possuem o Ensino Médio completo, 03 (três) estão cursando o EJA – Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio, (02) possuem ensino fundamental completo, 01 (uma) está cursando EJA – Educação de Jovens e Adultos referente ao Ensino Fundamental I e 01 (uma) concluiu apenas a 5ª série do Ensino Fundamental.

Eu tenho 04 filhos, todos passam ou passaram aqui na escola. E sempre eu recebi o benefício, nunca deixei eles faltar por besteira, sempre cuidei das vacinas, porque eu sei que isso ajuda eu com a saúde deles e ajuda o município. Hoje dois estão fora daqui. Um deles é aluno do Instituto Federal, terminou o ensino médio lá e passou na faculdade, e o outro estuda na Escola Profissional. Só tenho a agradecer a ajuda que eu recebo. Pois no meu tempo tinha isso não, era somente a força de vontade de ir aprender a assinar o nome. (Mãe J, filho no 7º ano e no 8º ano).

A comunidade escolar é muito presente no ambiente escolar. A direção escolar conversa com todos e conhece de forma particular cada família inserida no contexto escolar, suas dificuldades e anseios.

A direção sempre chama “nois” quando os menino precisam de apoio das tarefas, quando as faltas são maior durante o mês para explicar se isso repetir no “meis” seguinte (Mãe D, filho no 7º ano)

A escola sempre nos chamou para conversar caso as faltas ultrapassem os limites permitidos. Tenho dois filhos estudando aqui e um filho que saiu o ano passado para a Escola Profissional, ela sempre demonstrou cuidado e zelo pelas crianças e por todos nós (Mãe L, filhos no 6º e 8º ano)

As famílias entrevistadas possuem números de filhos diferenciados.

Nº Famílias	Número de filhos
03	01
04	03
03	04
05	02

Fonte: Dados colhidos no grupo focal (2019)

Os alunos possuem acesso à internet sempre que precisam realizar tarefas e atividades que os professores solicitam, sendo distribuída merenda diariamente, com cardápio elaborado pela nutricionista do Município que visa suprir as necessidades diárias dos alunos em termos de complemento alimentar.

Os meninos não reclamam da merenda, primeiro porque eu expliquei a eles que no meu tempo não tínhamos esses aparatos todos. As atividades que os professores passavam muitas vezes tínhamos que andar quilômetros para encontrar os livros na cidade, e hoje graças ao governo temos isso perto de nós; (Mãe G, filho no 9º ano)

Ao serem indagados sobre o PBF todos relataram que foi uma mudança de vida, ajudou na compra dos materiais e garante a permanência desse na escola. Das famílias entrevistadas, 04 (quatro) famílias possuem filhos que estudaram na escolas e hoje estão em outra instituição de ensino, médio ou superior.

O que eu recebo mensalmente serve para comprar as coisas para eles, não deixo faltar lápis, caneta, caderno, borracha e os material que o professor pede. No meu tempo se tivesse isso eu não tinha parado de estudar na 5ª série. Parei porque meu pai não tinha condição de comprar material para todos os filhos e assim ia vendo aquele que aprendia mais rápido, os outros eram deixados em casa para ajudar na luta. Hoje eles tem tudo: livro, transporte, merenda, professor bom, escola boa, tudo limpinho. Eu me orgulho de ver meus filhos estudando aqui (Mãe H, filhos no 6º e 9º ano)

Hoje eu só preciso cuidar para que eles venham a escola, levo para o PSF e tenho o dinheirinho na conta para comprar o que eles necessitam. (Mãe K, filho no 8º ano)

Percebeu-se que as famílias entrevistadas são bastante familiarizadas com a escola, que a mesma cobra o compromisso dos pais com os filhos e em sua maioria estes gostam de receber as comunicações dos pais. No entanto, é necessário frisar que a escola cumpre as metas estipuladas pelo PBF, porém, as políticas educacionais como um todo necessitam de atender aos desafios da intersectorialidade que em alguns casos transcende as vontades individuais e passam a ser necessidade coletivas. Essas políticas possuem a capacidade de atender aos desafios de contribuir para qualificação educacional de cada indivíduo inseridos nas salas de aula e fazer com que a transmissão de conhecimento possa mudar os índices de pobreza e desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou pontuar o PBF e a intersectorialidade dentro do processo de construção de ações e suas condicionalidades para a participação dos indivíduos. O perfil dos beneficiários do PBF confirma os achados na literatura, reafirmando que os objetivos do programa em atender às famílias em situação de maior vulnerabilidade se concretizam. As análises mostram a contribuição dentro inúmeros aspectos que passaram a oportunizar os avanços educacionais, quer sejam eles individuais ou coletivos, dentro do ambiente pesquisado.

O PBF tornou-se forte gerador de controvérsias, críticas e também como ponto de firmeza dentro de uma sociedade que busca a luta por igualdade e no entanto, ainda mantém um alto índice de desigualdade social. Os condicionamentos para participar do PBF fizeram com que fossem percebidas a melhoria do acesso a população pobre aos serviços sociais, aumento nas taxas de matrícula e a regularidade da frequência escolar desse meninos.

Percebeu-se ao longo do trabalho que o PBF veio para modificar a questão social, visando uma construção de conhecimento na busca de respostas imediatas ou não para as exigências de uma sociedade cada vez mais globalizada e que visa melhorias na qualidade de vida. E a escola é uma instituição marcante na vida de cada indivíduo, e percebe-se que o PBF

não melhorou apenas o cenário educativo, mas também o benefício de contribuir para a emancipação dos sujeitos envolvidos. No entanto, a percepção dos gestores sobre o programa é de que ele cumpre seus objetivos principais, na medida em que estes percebem que ele possibilita melhora da renda e das condições de vida das famílias, no entanto, ainda é visto como um “auxílio” aos beneficiários, e não como um direito.

Para finalizar, torna-se necessário lembrar que a intersetorialidade como modelo de gestão das políticas públicas é um fenômeno ainda em construção, e assim acredita-se que o debate sobre o assunto ainda abordará muitos aspectos da funcionalidade do processo de intersetorialidade fomentando discussões e trabalhando o modelo de gestão.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Introdução. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <<http://avaced.ced.ce.gov.br/tw/ced/desigualdadem0u1c1.html>>. Acesso em: 09 de julho de 2019.

ARRETCHE, Marta. “Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia”. São Paulo, Perspec, Jun 2004, vol.18, no.2, p.17-26.

_____. Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas. Rev. bras. Ci. Soc. vol.18, nº51, São Paulo, Feb. 2003.

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos políticas sociais menos ingênuas. In: BARREIRA, M.; CARVALHO, M. (Org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. 2001. São Paulo: IEE/PUC.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Disponível em: Acesso em: 25 JUN. 2019.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2014

_____. **Lei 10.836**, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. 2004. Disponível em: Acesso em: 25 JUN. 2019.

_____. **Lei nº 9.394** e 20 dez. 96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 29 de JUN. 2019.

____. **Portaria Interministerial nº 3.789 de 2004.** Estabelece atribuições e normas para o cumprimento da condicionalidade da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família. Brasil, 2004.

____. **Decreto 5.209**, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. 2004b. Disponível em: Acesso em: 30 JUN. 2019.

____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Bolsa Família.** 2016. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.> Acesso em: 30 JUN. 2019.

____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS). **Primeiros resultados da análise de linha de base da pesquisa de impacto do programa Bolsa Família.** Brasília, 2016. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>.> Acesso em: 01 JUL. 2019.

CAMPOS, Maria Malta. **Educação e políticas de combate à pobreza.** Revista Brasileira de Educação, n. 24, set/out/nov/dez, 2003. p. 183-191.

COELHO AVAG, Ferreira MN, Magalhães R. **A intersetorialidade no Programa Bolsa Família: reflexões a partir de uma experiência local.** Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/25M.pdf> > Acesso em 30 JUN 2019

CUNILL GRAU, Nuria. **La intersectorialidad en el gobierno y gestión de la política social.** X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18-21 Oct 2005.

DRAIBE, S. M. Uma nova agenda social na América Latina? Pontos de partida para a análise comparada dos sistemas de proteção social e suas mudanças recentes. In: SOLA, L.; LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **Democracia, mercado e Estado: o B de Brics.** Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 249-288.

JUNQUEIRA, L.A.P., **Descentralização e inter-setorialidade na gestão pública municipal,** São Paulo: FUNDAP, Textos Técnicos, outubro de 1997.

JUNQUEIRA, L.A.P. & INOJOSA, R. M. **Desenvolvimento social e intersectorialidade: a cidade solidária.** São Paulo, FUNDAP, 2004.

MANZMANIAN, D.A. & SABATIER, P.A., Implementation and Public Policy, University Press of America, chapter 2 pp 18-44, 1989.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 5-21, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002007000300001>. Acesso em: 19 agosto 2019.

MORGAN, D. L. Focus group as qualitative research. London: Sage, 1997. IN: **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da**

técnica em pesquisas de saúde. <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n3/a13v19n3.pdf>
Acessado em 09/07/2019

PEREIRA, C. P. **A pobreza, suas causas e interpretações**: destaque ao caso brasileiro. Ser. Social, Brasília, n° 18, p. 229-252, jan./jun. 2006.

SCHWARTZMAN, S. **Educação e Pobreza no Brasil**. n. 2, Cadernos Adenauer VII, p. 9-37, 2006

SIMÕES, A. A. **The contribution of Bolsa Família to the educational achievement of economically disadvantaged children in Brazil**. 2012. 277 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Sussex, Brighton, 2012. Disponível em: <http://sro.sussex.ac.uk/40673/1/Sim%C3%B5es%2C_Armando_Amorim.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

YAZBEK C. Maria, **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n 110, p. 288-322, Ed. Cortez, abr./jun. 2012.